

Marcos Paulo de Souza Miranda

# **Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro**

EDITORA

Belo Horizonte - MG

2021

Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro

© 2021 Marcos Paulo de Souza Miranda

**3i Editora Ltda**

Tel: (31) 3335-6085 - 99642-6085 

*contato@3ieditora.com.br*

**Imagem da capa:** Profetas de Aleijadinho. Fotografia de Sandoval Souza Pinto Filho, Congonhas - MG

Todos os direitos desta edição são reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa do autor.

**E-mail do autor:** [souza.miranda@terra.com.br](mailto:souza.miranda@terra.com.br)

## FICHA CATALOGRÁFICA

Miranda, Marcos Paulo de Souza

M672i      Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro / Marcos Paulo de Souza Miranda. – Belo Horizonte: 3i Editora, 2021.

320 p.

ISBN: 978-65-88696-16-3

1. Patrimônio cultural - Brasil. 2. Patrimônio cultural - natureza jurídica. I. Título.

CDU 351.853(81)

Elaborada por Rinaldo de Moura Faria

CRB-6 nº 1006

## Sumário

<b>1. O Direito do Patrimônio Cultural.....</b>	<b>21</b>
<b>2. Tutela constitucional do patrimônio cultural.....</b>	<b>29</b>
1. Disciplina constitucional na Carta Magna de 1988.....	29
a. Consolidação da expressão “patrimônio cultural”.....	33
b. Alargamento do rol dos bens integrantes do patrimônio cultural .....	34
c. Alargamento do rol dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural.....	35
d. Corresponsabilização de todos os cidadãos e entidades públicas e privadas pela defesa e valorização dos bens culturais.....	36
2. Reflexos jurídicos decorrentes da constitucionalização.....	37
3. Divisão de competências.....	39
a. Competências administrativas.....	40
b. Competências legislativas.....	42
<b>3. Natureza jurídica do direito ao patrimônio cultural.....</b>	<b>49</b>
1. O direito humano ao patrimônio cultural.....	49
2. O direito fundamental ao patrimônio cultural .....	51
3. O patrimônio cultural como uma das dimensões do meio ambiente .....	54
4. O patrimônio cultural como direito difuso, indisponível e intergeracional.....	57
<b>4. Princípios informadores da tutela do patrimônio cultural..</b>	<b>61</b>
4.1. A importância dos princípios.....	61
4.2. Princípios em espécie.....	62
a) Princípio da proteção .....	63
b) Princípio da prevenção .....	64

c)	Princípio da precaução.....	66
d)	Princípio da responsabilização .....	67
e)	Princípio da solidariedade intergeracional .....	68
f)	Princípio do limite .....	69
g)	Princípio do equilíbrio.....	70
h)	Princípio da não taxatividade dos instrumentos de proteção.....	71
i)	Princípio da seletividade.....	72
j)	Princípio da graduabilidade .....	73
k)	Princípio da função sociocultural da propriedade.....	74
l)	Princípio da fruição coletiva .....	75
m)	Princípio da conservação <i>in situ</i> .....	76
n)	Princípio da justa distribuição de ônus e bônus.....	78
o)	Princípio da participação comunitária .....	80
p)	Princípio da informação .....	82
q)	Princípio da cooperação internacional.....	82
r)	Princípio da neutralidade .....	84
s)	Princípio da educação patrimonial .....	85
<b>5.</b>	<b>Abrangência, seleção e natureza jurídica dos bens culturais</b>	<b>87</b>
a.	Introdução.....	87
b.	A seleção de bens culturais .....	88
c.	Natureza jurídica.....	93
<b>6.</b>	<b>Bens culturais em espécie.....</b>	<b>101</b>
a.	Patrimônio agrário.....	102
b.	Patrimônio arqueológico .....	102
c.	Patrimônio arquitetônico .....	104
d.	Patrimônio arquivístico.....	105
e.	Patrimônio artístico .....	106
f.	Patrimônio bibliográfico .....	107
g.	Patrimônio digital.....	108
h.	Patrimônio espeleológico.....	108

i.	Patrimônio etnográfico .....	110
j.	Patrimônio ferroviário .....	110
k.	Patrimônio geológico .....	110
l.	Patrimônio hidráulico .....	112
m.	Patrimônio histórico.....	113
n.	Patrimônio imaterial .....	113
o.	Patrimônio industrial.....	114
p.	Patrimônio museal.....	115
q.	Patrimônio paisagístico.....	116
r.	Patrimônio paleontológico .....	117
s.	Patrimônio quilombola .....	118
t.	Patrimônio religioso .....	119
u.	Patrimônio turístico .....	120
<b>7.</b>	<b>Instrumentos de proteção do patrimônio cultural .....</b>	<b>121</b>
a.	Ação Civil Pública.....	122
b.	Ação de Improbidade Administrativa.....	128
c.	Ação Penal.....	130
d.	Ação Popular .....	131
e.	Área de preservação permanente.....	136
f.	Audiência pública .....	136
g.	Chancela .....	139
h.	Desapropriação .....	139
i.	Direito de Preempção.....	141
j.	Educação Patrimonial .....	142
k.	Estudo de Impacto Ambiental.....	144
l.	Estudo de Impacto de Vizinhança .....	146
m.	Gestão documental .....	149
n.	Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.....	151
o.	Inquérito Civil Público.....	154
p.	Inventário .....	157
q.	Legislação urbanística .....	160
r.	Participação popular.....	163
s.	Plano Diretor .....	166

t. Registro.....	168
u. Reserva legal .....	171
v. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta .....	171
w. Tombamento .....	173
1. Origem e conceituação.....	173
2. Livros do Tombo.....	174
3. Natureza jurídica da restrição sobre o bem tombado ...	174
4. Finalidade e objeto.....	176
5. Competência para tomar .....	178
6. Espécies .....	180
7. Processo de tombamento.....	186
8. Cancelamento.....	189
9. Efeitos .....	192
1. Em relação ao objeto .....	193
2. Em relação ao proprietário .....	194
3. Em relação ao Poder Público .....	197
4. Em relação à vizinhança .....	200
10. Tombamento e Indenização .....	203
11. Tombamento por lei .....	207
12. Controle judicial .....	209
x. Transferência do direito de construir .....	212
y. Unidades de Conservação.....	213
z. Vigilância .....	214
<b>8. Tutela civil do patrimônio cultural .....</b>	<b>217</b>
1. Considerações gerais .....	217
2. Responsabilidade objetiva, de natureza <i>propter rem</i> .....	219
3. Responsabilidade solidária .....	221
4. Prevenção de danos .....	222
5. Reparação integral .....	224
6. Regime probatório .....	225
7. Intervenção do Ministério Público .....	227
8. Dimensões do dano ao patrimônio cultural .....	229
9. As formas de reparação .....	231

1. Restauração.....	231
2. Indenização por danos materiais irreversíveis.....	232
3. Indenização por danos interinos e sociais.....	232
4. Indenização por danos morais coletivos.....	233
5. Restituição ou impedimento de obtenção de lucros ilícitos .....	234
10. Critérios para a quantificação dos danos .....	234
1. Danos materiais .....	235
2. Danos morais coletivos .....	236
<b>9. Tutela penal do patrimônio cultural.....</b>	<b>239</b>
1. O patrimônio cultural como bem jurídico penal protegido.....	239
2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	246
3. Princípio da insignificância .....	249
4. Ação penal.....	250
5. Competência.....	251
6. Apreensão e destinação de produtos e instrumentos dos crimes .....	252
7. Prova pericial.....	253
8. Institutos despenalizadores e reparação do dano .....	257
9. Sentença penal condenatória.....	262
10. Crimes contra o patrimônio cultural tipificados na lei 9.605/98.....	263
1. Art. 62 – Destruição, inutilização ou deterioração de bem protegido .....	263
2. Art. 63 Alteração do aspecto ou estrutura de edificação protegida.....	268
3. Art. 64 – Promover construção em solo não edificável.....	273
4. Art. 65 – Pichação de edificação ou monumento urbano .....	277

<b>10. Tutela administrativa do patrimônio cultural</b> .....	283
1. Responsabilidade administrativa .....	283
2. O poder de polícia e os seus atributos.....	284
3. O exercício do poder de polícia em matéria de patrimônio cultural.....	288
4. Infrações e sanções administrativas .....	290
a. Considerações gerais sobre as infrações administrativas.....	290
b. Principais infrações administrativas previstas em âmbito federal.....	292
c. Breve análise das principais sanções administrativas ...	297
<b>11. Bibliografia</b> .....	301